

**AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO - RJ
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024 – SRP**

Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2924/2024

ARTHUCELY COMERCIO E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, por meio de seu representante legal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 165 da **Lei nº 14.133/2021**, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto por **FORBE SUPORTE ILIMITADO LTDA**, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

I. DOS FATOS

A presente licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 065/2024**, destina-se à eventual aquisição de materiais de construção, instalação e ferramentas para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos (SMOTSP). A empresa contrarrazoante sagrou-se vencedora dos itens **14, 24, 79 e 84**. No entanto, o recurso interposto pela **FORBE SUPORTE ILIMITADO LTDA** contesta a habilitação da empresa no **item 14**, sob a alegação de que o **CNAE (46.79-6/04)** não seria compatível com o fornecimento de tintas, conforme exigido no edital.

II. DA INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE – COMPATIBILIDADE DO CNAE

O **Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) 46.79-6/04**, utilizado pela empresa, refere-se ao **comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente**, o que inclui tintas e outros materiais para pintura. A interpretação equivocada da recorrente quanto ao alcance do CNAE não encontra respaldo legal ou doutrinário, visto que a atividade de comércio atacadista de materiais de construção abrange todos os produtos destinados à construção civil, incluindo tintas.

1. Da Lei 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

De acordo com o **art. 62, caput, da Lei 14.133/2021**, a fase de habilitação verifica se o licitante possui capacidade jurídica, técnica, fiscal e econômico-financeira para a execução do objeto da licitação. A empresa apresentou a documentação exigida pelo edital, conforme disposto nos **artigos 62 a 67** da referida lei, demonstrando total compatibilidade com o objeto licitado.

O edital exige que as empresas licitantes tenham **objeto social pertinente** ao objeto da licitação (art. 4.6 do Edital - PE 065-24). O **CNAE 46.79-6/04** preenche essa exigência, já que trata do comércio de materiais de construção, no qual as tintas estão incluídas.

2. Doutrina:

A doutrina licitatória é unânime em afirmar que a **habilitação técnica** se refere à capacidade da empresa em executar o objeto contratado, sendo a atividade econômica declarada um indicativo de tal capacidade. **Marçal Justen Filho** argumenta que a interpretação restritiva quanto à habilitação é um equívoco que pode comprometer o princípio da competitividade e isonomia. Segundo ele, a **compatibilidade entre o CNAE e o objeto da licitação** deve ser interpretada de forma ampla, em consonância com os princípios da economicidade e eficiência na administração pública (JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 19ª ed. São Paulo: Dialética, 2022).

3. Jurisprudência:

A jurisprudência também reconhece a validade do uso de um **CNAE abrangente** para licitações em que o objeto envolve uma diversidade de produtos ligados ao setor de construção. O Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou no sentido de que **a habilitação técnica deve ser verificada com base na capacidade efetiva da empresa para fornecer o objeto**, não cabendo interpretação restritiva sobre os códigos econômicos registrados.

- **Acórdão TCU nº 1.235/2022 – Plenário:** “A desclassificação de uma empresa em razão de interpretação restritiva de seu CNAE, quando o objeto da licitação comporta um escopo mais amplo, viola o princípio da competitividade e o da isonomia previstos na Constituição Federal e na Lei 14.133/2021.”

Portanto, o entendimento do TCU corrobora nossa posição de que a habilitação de nossa empresa foi realizada de maneira correta e de acordo com os preceitos legais.

III. DO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE

O princípio da **competitividade**, consagrado no art. 5º da **Lei 14.133/2021**, busca assegurar que o certame licitatório ocorra de maneira justa e isonômica, permitindo a ampla participação de empresas que atendam aos requisitos técnicos e legais. Ao contestar nossa habilitação de forma infundada, a recorrente pretende restringir a competitividade, o que não é aceitável, especialmente em certames regidos pelo princípio da **economicidade** e da **melhor proposta**.

A desclassificação da empresa com base em alegações equivocadas sobre o CNAE contraria esses princípios e prejudica a Administração Pública, ao impedir a contratação da proposta mais vantajosa, conforme prevê o **art. 5º, caput**, da Lei 14.133/2021.

IV. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se que o presente recurso interposto por **FORBE SUPORTE ILIMITADO LTDA** seja **indeferido**, mantendo-se a habilitação da empresa **ARTHUCELY COMERCIO E SERVICOS LTDA** no **item 14** do Pregão Eletrônico nº 065/2024, conforme as disposições legais, doutrinárias e jurisprudenciais apresentadas.

Termos em que,
Pede deferimento.

Casimiro de Abreu, 22 de outubro de 2024.

ARTHUCELY COMERCIO E
SERVICOS LTDA:15727912000137

Assinado de forma digital por ARTHUCELY
COMERCIO E SERVICOS
LTDA:15727912000137
Dados: 2024.10.23 09:37:04 -03'00'

ARTHUCELY COMERCIO E SERVICOS LTDA